Proibição de apostas online: ações e consequências em países que adotaram o modelo

Uma revisão comparada de experiências internacionais e de estudos oficiais

Outubro de 2026

Institucional

Sobre o Ranking dos Políticos

Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente. Nosso levantamento leva em consideração os pilares eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção.

Temos como **MISSÃO:** Avaliar o desempenho dos parlamentares e influenciar decisões do Congresso Nacional para promover a eficiência do Estado brasileiro.

VISÃO: Contribuir para que o Congresso Nacional se torne uma instituição de orgulho para os brasileiros.

VALORES: Integridade / Transparência / Eficiência / Visão de dono / Liberdade / Responsabilidade individual / Defesa do Estado de Direito.

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros.

Ranking dos políticos

Brasília
Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
1º andar, Sala 104, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Sumário

Resumo Executivo 3
Contexto Brasileiro: Dimensão Atual 5
1. Contexto e Metodologia 7
1.1 Objeto 7
1.2 Fontes 7
1.3 Ressalvas metodológicas 7
2. Casos Nacionais 8
2.1 Proibição total das apostas online 8
2.2 Proibição de operadores voltados ao exterior 10
2.3 Proibição parcial ou monopólio 11
2.4 Proibição da publicidade com mercado legal 13
2.5 Mercados comparáveis: publicidade de tabaco, álcool e alimentos 15
3. O Caso Brasileiro em Perspectiva Histórica 17
3.1 A proibição de 1946 17
3.2 A persistência das contravenções: jogo do bicho, bingos e caça-níqueis 17
3.3 Da legalização sem regras (2018) à proibição (2026) 18
4. Síntese Transversal dos Achados 19
4.1 Escala do mercado ilegal 19
4.2 Efeitos de contenção associados às proibições 20
4.3 Efeitos adversos associados às proibições 20
4.4 Proibição da publicidade: pontos em comum com mercados comparáveis 21
4.5 Evidência de contraste: efeitos da liberalização 22
4.6 Limites da evidência 22
5. Considerações Finais 23
Referências Bibliográficas 24
Elaboração técnica 28

Resumo Executivo

O que foi analisado

Este estudo reúne as medidas adotadas e os efeitos observados em países que proibiram, total ou parcialmente, as apostas online, conhecidas como "bets". O objetivo é descritivo: o documento não faz recomendações de política pública.

Foram analisados onze casos de proibição do mercado, agrupados pelo tipo de medida. Os de proibição total das apostas online são China, Indonésia, Tailândia e Índia. Na Indonésia, a proibição alcança todas as formas de jogo; na China e na Tailândia, permanecem apenas loterias estatais (e, na Tailândia, corridas de cavalos); na Índia, a proibição de 2025 alcança todos os jogos online a dinheiro, enquanto o jogo presencial segue regulado por cada estado. Os de proibição de operadores voltados ao exterior são Filipinas e Camboja. Os de proibição parcial ou monopólio são Estados Unidos (1992–2018), Alemanha (2008–2021), Suíça (até 2019), Noruega e Austrália. Também foram analisados países que mantêm o mercado legal, mas proíbem ou restringem a publicidade (Itália, Espanha e Bélgica, além da Austrália), em comparação com proibições de publicidade de tabaco, álcool e alimentos.

O Brasil é tratado tanto como caso histórico quanto como caso atual. Em 1946, o país proibiu os jogos de azar. Em 25 de setembro de 2026, a Medida Provisória 1.394/2026 proibiu as apostas de quota fixa.

A demanda persiste sob a proibição

Em todos os casos com dados disponíveis, a proibição não eliminou as apostas: parte da demanda passou a ser atendida por operadores ilegais ou estrangeiros. Na China, estimativa do setor citada pelo UNODC indica que cerca de 1 trilhão de yuans (≈ $ 307 bi; 0,97% do PIB) saíram do país em 2020 para apostas no exterior. Na Indonésia, a unidade de inteligência financeira do país registrou Rp 359,8 trilhões (≈ $ 78,0 bi; 1,6% do PIB) movimentados em jogo online em 2024. Na Índia, segundo estudo de mercado, cerca de um em cada três usuários de jogos a dinheiro passou a usar plataformas estrangeiras após a proibição de 2025.

Há sinais de contenção

Em alguns casos, a proibição veio acompanhada de redução do mercado. Na Indonésia, a movimentação de jogo online detectada pela unidade de inteligência financeira caiu 20% entre 2024 e 2025 (22% descontada a inflação), e os depósitos caíram 31% em termos reais. Na Índia, segundo estudo de mercado, o segmento doméstico de jogos a dinheiro caiu de US$ 2,3 bilhões para US$ 1,3 bilhão (≈ $ 9,7 bi para $ 5,6 bi) entre 2024 e 2025 e foi praticamente eliminado após a lei. Nas Filipinas, um senador relatou queda de sequestros e de crimes associados um ano após o banimento das empresas de apostas online voltadas a clientes no exterior.

A fiscalização é contínua e de grande escala

Os países com proibição mantêm um esforço permanente de remoção e bloqueio. A Indonésia derrubou 7,39 milhões de conteúdos de jogo online entre 2017 e 2025. A China, segundo dados oficiais, derrubou mais de 4.500 sites apenas em 2024. A Índia bloqueou 8.376 endereços até março de 2026, mais de 4.800 deles depois da legislação de 2025. No mesmo período, o uso de navegadores com VPN entre usuários de jogos a dinheiro subiu de 26 para 46 dias por trimestre. Para comparação, o

Brasil bloqueou mais de 25 mil sites ilegais em 2025, ainda sob o mercado regulado. Os números não são comparáveis entre si, porque cada país mede uma unidade diferente: conteúdos, sites ou endereços.

Há custos econômicos diretos

A proibição reduz a arrecadação, desloca recursos para fora do país e afeta atividades ligadas ao setor. Nas Filipinas, o banimento das empresas voltadas ao exterior reduziu as receitas do regulador estatal de jogos em quase ₱ 3 bilhões em 2025 (≈ $ 0,16 bi; 0,01% do PIB). Na China, a saída de capitais para apostas no exterior chegou a cerca de 0,97% do PIB em 2020. No Brasil, a proibição de 1946 fechou cerca de 70 cassinos, com 40 mil a 60 mil empregos diretos e indiretos, e tirou de cidades como Petrópolis e Poços de Caldas sua principal fonte de turismo. Sob o mercado regulado, a arrecadação federal com apostas somou R$ 8,8 bilhões entre janeiro e novembro de 2025 (≈ $ 3,4 bi; 0,07% do PIB).

O mercado ilegal se conecta a outros crimes

No Sudeste Asiático, o UNODC e o OHCHR associam a lavagem de dinheiro, os golpes online e o tráfico de pessoas à estrutura de jogo que atende apostadores de países com proibição, sobretudo a China. O OHCHR estimou em 2023 que ao menos 120 mil pessoas em Mianmar e 100 mil no Camboja eram forçadas a aplicar golpes em complexos ligados a essa estrutura. Nas Filipinas, o envolvimento das operadoras com golpes, sequestros, tortura e homicídios foi a justificativa oficial para o banimento. Em 2025, o Departamento de Justiça dos EUA pediu o confisco de cerca de US$ 15 bilhões em criptoativos de um conglomerado cambojano.

Restrições à publicidade reduzem a entrada, mas são contornadas

Na Espanha, as novas contas caíram de 3,01 milhões para 1,35 milhão entre 2020 e 2023. Dessa queda, o estudo que avaliou o decreto de 2020, que combinou restrições de publicidade e medidas de jogo responsável, atribui a ele uma redução permanente de cerca de 263 mil novas contas. Não houve efeito significativo sobre os depósitos, e o volume apostado total continuou crescendo. Na Itália e na Bélgica, onde a publicidade foi proibida, os operadores passaram a usar marcas paralelas, canais próprios e patrocínios residuais. Estudos privados apontam alta do mercado ilegal nos dois países, mas sem isolar o efeito da proibição.

O que conclui a literatura

A revisão sistemática mais recente sobre o tema (Xiao et al., 2026) conclui que as evidências atuais não permitem apontar um modelo regulatório como claramente superior: "uma proibição estrita parece inexequível na prática, enquanto a legalização pode causar mais danos à população em geral".

Brasília
Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
1º andar, Sala 104, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Contexto Brasileiro: Dimensão Atual

A proibição de 2026

A Medida Provisória 1.394/2026 proibiu a exploração, a oferta, a intermediação e a publicidade de apostas de quota fixa, em meio físico ou virtual, inclusive quando oferecidas do exterior a pessoas no Brasil. A proibição abrange apostas esportivas e jogos online, alcança as autorizações estaduais e distritais e não afeta as demais loterias. A MP suspendeu a maior parte da regulação anterior, restringiu o processamento de pagamentos ligados às apostas e criou um comitê interinstitucional de fiscalização.

Novos depósitos ficaram proibidos na data da publicação. Os apostadores tiveram até 5 de outubro para sacar seus saldos, e as plataformas saíram do ar em 6 de outubro. As autorizações foram extintas em 25 de outubro, sem devolução das outorgas nem indenização. Os saldos não sacados devem ser devolvidos automaticamente à conta em nome do apostador, e os processos sancionadores pendentes contra operadores que cumprirem a transição serão arquivados. A validade da MP é até 5 de março, precisando ser votada pelo Congresso nesse prazo para ser convertida em lei.

O mercado regulado (janeiro de 2025 a setembro de 2026)

A Tabela 1 dimensiona o mercado que a MP atinge.

Indicador	Valor (R$)	$ (PPP)	% do PIB
Receita bruta (GGR) do mercado regulado, 2025	R$ 37 bi	$ 14,5 bi	0,29%
Arrecadação federal, jan–nov. 2025	R$ 8,8 bi	$ 3,4 bi	0,07%
Outorgas pagas pelos operadores	R$ 2,5 bi	$ 1,0 bi	0,02%
Mercado ilegal estimado, 2025[1]	R$ 26–40 bi	$ 10,2–15,7 bi	0,20–0,31%
Arrecadação não recolhida no mercado ilegal, 2025[1]	R$ 7,2–10 bi	$ 2,8–3,9 bi	0,06–0,08%
Transferências via Pix para bets, 2024 (mensal)[2]	R$ 18–21 bi/mês	$ 7,5–8,7 bi/mês	1,8–2,1%

Tabela 1 — Brasil: dimensão do mercado de apostas de quota fixa

[1] Estimativa encomendada por entidade do setor.

[2] Fluxo mensal anualizado (×12). Inclui depósitos que retornam aos apostadores como prêmio.

Outros indicadores

- **Apostadores e oferta**: 25,2 milhões de pessoas apostaram no mercado regulado em 2025, com 79 operadores autorizados.
- **Fiscalização**: mais de 25 mil sites ilegais bloqueados em 2025.
- **Autoexclusão**: mais de 217 mil pedidos nos primeiros 40 dias da plataforma centralizada, lançada em dezembro de 2025.

- **Mercado ilegal**: 61% dos apostadores fizeram ao menos uma aposta ilegal em 2025, e a fatia ilegal é estimada entre 41% e 51% do mercado.
- **Público vulnerável**: em agosto de 2024, cerca de 5 milhões de beneficiários do Bolsa Família enviaram R$ 3 bilhões ($ 1,2 bi; 0,31% do PIB mensal) às bets.

Brasília
Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
1º andar, Sala 104, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

1. Contexto e Metodologia

1.1 Objeto

O estudo trata da proibição de apostas online, incluindo apostas esportivas e cassinos virtuais. Considera quatro tipos de medida:

- **Proibição total das apostas online**: nenhuma oferta privada de apostas online é permitida (ex.: China, Indonésia, Tailândia, Índia desde 2025, Brasil desde 2026). Em alguns desses países, seguem permitidas formas de jogo fora da internet, como loterias estatais.
- **Proibição de operadores voltados ao exterior**: o país proíbe empresas instaladas em seu território que oferecem apostas online a clientes de outros países (ex.: Filipinas, Camboja).
- **Proibição parcial ou monopólio**: apenas o Estado ou poucos licenciados podem operar, e parte das modalidades online é vedada (ex.: EUA até 2018, Alemanha até 2021, Suíça até 2019, Noruega, Austrália).
- **Proibição da publicidade**: o mercado segue legal, mas a divulgação é vedada ou restrita (ex.: Itália, Espanha, Bélgica).

1.2 Fontes

Foram utilizados estudos e relatórios de órgãos institucionais (unidades de inteligência financeira, ministérios, reguladores e bancos centrais), organismos internacionais (UNODC, OHCHR, GAFI) e literatura revisada por pares. A lista completa está na seção de Referências.

1.3 Ressalvas metodológicas

- **Dados oficiais sem auditoria independente.** Números da China e de alguns países do Sudeste Asiático vêm de polícias e mídia estatal.
- **Estudos de mercado.** Parte das estimativas vem de estudos privados ou encomendados pela indústria (Brasil, Alemanha, Itália, Bélgica, Índia). Eles são indicados no texto.
- **Métricas diferentes.** "Movimentação", "depósitos", "receita bruta" (GGR) e "volume apostado" não são comparáveis entre si.
- **Causalidade.** Poucos estudos isolam o efeito da proibição de outros fatores (pandemia, tecnologia, repressão policial paralela).
- **Conversões monetárias.** Os valores em moeda local foram convertidos para dólares internacionais pela paridade do poder de compra (PPP), atualizados para a medida mais recente disponível: preços de 2025 (deflator do PIB de cada país) e fator PPP de 2025 (Banco Mundial). Valores de 2026 usam o fator de 2025, sem deflação. Os valores também são comparados ao PIB nominal do ano a que se referem. Neste estudo, **$** indica dólares internacionais (PPP de 2025) e **US$** indica dólares americanos ao câmbio de mercado.
- **Lacuna de pesquisa.** Xiao et al. (2026) registram que muitos países com proibição nunca tiveram avaliação empírica publicada em inglês, incluindo o Brasil.

Brasília
Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
1º andar, Sala 104, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

2. Casos Nacionais

Os casos estão agrupados pelo tipo de medida adotada, da proibição mais ampla à restrição apenas da publicidade. Ao final, a seção reúne a evidência de mercados comparáveis (tabaco, álcool e alimentos).

2.1 Proibição total das apostas online

China

O que foi feito: o jogo é proibido desde 1949, com exceção das loterias estatais. Desde 2020, também é crime organizar a participação de chineses em jogo no exterior, e o governo restringe viagens de grupo a cidades estrangeiras com cassinos voltados a chineses.

Consequências positivas ou de contenção relatadas

- **Repressão em escala**: segundo órgãos institucionais chineses, em 2024 a polícia investigou 73 mil casos de jogo transfronteiriço, derrubou mais de 4.500 sites e prendeu mais de 11 mil suspeitos em 45 grandes casos.

Consequências negativas relatadas

- **Saída de capitais**: estimativa do setor citada pelo UNODC indica que cerca de US$ 145 bilhões (≈ 1 trilhão de yuans; ≈ $ 307 bi PPP; 0,97% do PIB) saíram ilegalmente da China em 2020 para apostas no exterior.
- **Deslocamento para vizinhos**: segundo o UNODC, operadores e apostadores migraram para zonas econômicas especiais pouco reguladas do Sudeste Asiático (Camboja, Mianmar, Laos) e para os operadores de apostas online sediados nas Filipinas.
- **Crime conexo**: o OHCHR estimou em 2023 que ao menos 120 mil pessoas em Mianmar e 100 mil no Camboja eram forçadas a aplicar golpes online em complexos ligados a essa estrutura. Há brasileiros entre as vítimas.
- **Sem proteção ao apostador**: nos sites ilegais, o apostador fica fora do alcance das regras de proteção do país, como limites de depósito, autoexclusão e canais de reclamação, e não tem a quem recorrer em caso de fraude ou de prêmio não pago.

Ressalva: os números oficiais chineses não têm auditoria independente. A China combina proibição com controle de capitais e vigilância estatal, o que limita comparações.

Indonésia

O que foi feito: o jogo é proibido desde a década de 1970, e a proibição foi estendida ao ambiente digital. A fiscalização conta com a polícia cibernética e, desde 2024, uma força-tarefa nacional contra o jogo online. Órgãos institucionais derrubaram 7,39 milhões de conteúdos de jogo online entre 2017 e novembro de 2025.

Consequências positivas ou de contenção relatadas

- **Queda recente**: segundo órgãos institucionais, a movimentação caiu de Rp 359,81 trilhões (≈ $ 78,0 bi PPP; 1,6% do PIB, 2024) para Rp 286,84 trilhões (≈ $ 60,8 bi PPP; 1,2% do PIB, 2025), queda nominal de 20% (22% descontada a inflação). Os depósitos caíram de Rp 51,3 trilhões (≈ $ 11,1 bi PPP) para Rp 36,01 trilhões (≈ $ 7,6 bi PPP), queda real de 31%. A queda é atribuída à ação coordenada entre governo e setor privado.
- **Apoio social**: Lewiandy et al. (2024) registram que o apoio público à proibição tem base religiosa e moral, o que legitima a norma, embora não seja universal.

Consequências negativas relatadas

- **Mercado ilegal amplo**: 12,3 milhões de pessoas fizeram depósitos em jogo online em 2025, em 422,1 milhões de transações.
- **Fiscalização difícil**: agentes públicos apontam falta de treinamento, de software de monitoramento e de cooperação com provedores de internet (Xiao et al., 2026).
- **Perda de arrecadação e de proteção**: Lewiandy et al. (2024) apontam mercado paralelo, arrecadação não recolhida, ausência de proteção ao consumidor e influenciadores divulgando sites ilegais sem punição.
- **Mudança de meio de pagamento**: cresceram os depósitos via pagamento por QR code.

Tailândia

O que foi feito: o jogo é proibido desde 1935, com exceção da loteria estatal e das corridas de cavalos. Em outubro de 2024, o governo criou um comitê nacional, liderado por ministro, para atualizar as regras sobre jogo online. Pesquisadores do Instituto Tailandês de Pesquisa para o Desenvolvimento (TDRI), centro não governamental, avaliam que a proibição é "amplamente ineficaz" contra plataformas online.

Consequências relatadas

- **Mercado clandestino**: estimativa divulgada pela imprensa em abril de 2025, de autoria não identificada, avalia a economia do jogo ilegal em 1,1 trilhão de baht por ano (≈ $ 108 bi PPP; 5,9% do PIB), dos quais 500 bilhões (≈ $ 49 bi PPP; 2,7% do PIB) no online.
- **Participação**: segundo a mesma estimativa, 34,5 milhões de pessoas com 15 anos ou mais (63,1%) apostaram.
- **Endividamento**: 1,67 milhão de pessoas acumulam 20,6 bilhões de baht (≈ $ 2,0 bi PPP; 0,11% do PIB) em dívidas de jogo ilegal. 85,2% dos endividados seguem apostando.
- **Crime organizado**: prisões de grupos estrangeiros operando cassinos online; um caso de 2024 envolveu movimentação de 5,5 bilhões de baht (≈ $ 0,54 bi PPP; 0,03% do PIB).

Ressalva: como a proibição é antiga, não há dados de antes e depois de uma mudança de regra.

Índia

O que foi feito: em agosto de 2025, uma lei nacional proibiu oferecer, operar ou facilitar jogos online a dinheiro, sejam de habilidade ou de sorte, e sua publicidade, com penas de prisão. E-sports e jogos

sem dinheiro seguem permitidos. As regras de aplicação entraram em vigor em maio de 2026. Segundo órgãos institucionais, cerca de 450 milhões de pessoas foram afetadas por essas plataformas, com perdas superiores a ₹ 20 mil crore (≈ $ 10,0 bi PPP; 0,06% do PIB).

Consequências positivas ou de contenção relatadas

- **Retração do mercado doméstico**: segundo estudo de mercado da Lumikai (2026), o segmento caiu de US$ 2,3 bilhões (2024) para US$ 1,3 bilhão (2025), ou ≈ $ 9,7 bi para $ 5,6 bi PPP (0,06% para 0,03% do PIB), e foi praticamente eliminado depois.
- **Troca de hábitos**: entre usuários de jogos a dinheiro, o uso de streaming de música subiu 43%, de microdramas 40%, de redes sociais 24% e de vídeo sob demanda 20%.
- **Bloqueio**: 8.376 endereços de apostas e jogos bloqueados até março de 2026, mais de 4.800 deles após a lei.

Consequências negativas relatadas

- **Migração para o exterior**: cerca de um em cada três usuários de jogos a dinheiro passou a usar plataformas estrangeiras como Bet365, Betway e 1xBet (Lumikai, com dados de cerca de 100 mil usuários).
- **Uso de VPN**: entre esses usuários, o uso de navegador com VPN embutida subiu de 26 para 46 dias por trimestre.

2.2 Proibição de operadores voltados ao exterior

Filipinas

O que foi feito: desde 2016, o país licenciava empresas de apostas online instaladas em seu território para atender apostadores de outros países, sobretudo da China. Essas empresas são conhecidas pela sigla POGO (*Philippine Offshore Gaming Operators*, ou operadores filipinos de apostas online voltados ao exterior). Em julho de 2024, o governo anunciou o banimento dessas operadoras, com fechamento até 31 de dezembro de 2024; em outubro de 2025, a proibição foi tornada permanente por lei. A justificativa oficial foi o envolvimento do setor com golpes, lavagem de dinheiro, tráfico de pessoas, sequestros, tortura e homicídios.

Consequências positivas ou de contenção relatadas

- **Crime**: o senador Sherwin Gatchalian relatou queda de sequestros e de crimes associados um ano após o banimento.
- **Imóveis**: houve correção dos aluguéis antes inflacionados pela presença dessas empresas.

Consequências negativas relatadas

- **Arrecadação**: o banimento reduziu as receitas do regulador estatal de jogos (PAGCOR) em quase ₱ 3 bilhões em 2025 (≈ $ 0,16 bi PPP; 0,01% do PIB). O lucro líquido do regulador, porém, subiu 4,18% em 2025, puxado pelo jogo eletrônico doméstico licenciado.
- **Clandestinidade**: parte das operações se reorganizou em redes menores de golpes. Mais de 9 mil ex-trabalhadores estrangeiros seguiam no país em junho de 2025.

Nota: o país saiu da lista cinza do GAFI em 21 de fevereiro de 2025, onde estava desde junho de 2021. As reformas citadas pelo GAFI tratam de cassinos, remessas, beneficiário final e processos por lavagem; o banimento dos POGOs não está entre elas. A avaliação diverge da do senador Gatchalian, que atribuiu a saída da lista ao banimento.

Camboja

O que foi feito: em agosto de 2019, o governo anunciou o fim das licenças para apostas online, sem emitir novas nem renovar as existentes a partir do fim de 2019. Segundo o UNODC, a medida seguiu pedidos oficiais da China por uma postura mais dura contra operadores voltados a apostadores chineses.

Consequências positivas ou de contenção relatadas

- **Saída de trabalhadores estrangeiros**: segundo o UNODC, a proibição levou dezenas de milhares de trabalhadores estrangeiros do setor a deixar o país.

Consequências negativas relatadas

- **Mutação do crime**: segundo o OHCHR, centros de golpes com trabalho forçado cresceram a partir da expansão dos cassinos e do jogo online na região (no Camboja, de 57 cassinos em 2014 para 150 em 2019). Em julho de 2023, havia centros relatados em Phnom Penh, Sihanoukville, Bavet, Koh Kong e zonas econômicas especiais. O OHCHR não atribui esse crescimento diretamente à proibição de 2019.
- **Casos posteriores**: em outubro de 2025, o Departamento de Justiça dos EUA pediu o confisco de cerca de 127 mil bitcoins (≈ US$ 15 bilhões, valor nominal) do Prince Group, conglomerado cambojano acusado de manter centros de golpes com trabalho forçado e operações de jogo online.

2.3 Proibição parcial ou monopólio

Estados Unidos (1992–2018)

O que foi feito: entre 1992 e 2018, a legislação federal impediu os estados de autorizar apostas esportivas, com exceção de Nevada e outros três estados. Os argumentos eram proteger a integridade do esporte, evitar dependência, proteger jovens e combater lavagem de dinheiro (Miller & Claussen, 2001). Desde 2006, também é proibido processar pagamentos ligados a apostas online ilegais. Em 2018, a Suprema Corte derrubou a proibição federal às apostas esportivas.

Consequências relatadas

- **Contorno da publicidade**: após 2006, empresas anunciavam sites ".net" de treino gratuito, enquanto o site ".com" de mesmo nome oferecia apostas reais. A publicidade de jogo online aumentou (Xiao et al., 2026).

O que ocorreu após o fim da proibição (evidência de contraste)

- **Endividamento**: Baker et al. (2024) mostram que a aposta esportiva legal reduziu a poupança das famílias. Nas famílias com restrição financeira, subiram dívida de cartão e uso de cheque especial.

- **Crédito**: Hollenbeck et al. (2024) registram queda média de 0,3% no escore de crédito, com aumento de falências, dívidas em cobrança e inadimplência. Os efeitos são maiores onde a aposta é online: nesses estados, a queda no escore é de cerca de 1%, e a chance de falência sobe até 25% a 30% três a quatro anos após a legalização.

Alemanha (2008–2021)

O que foi feito: entre 2008 e 2021, a oferta de jogo online foi proibida em todo o país, inclusive pelo monopólio estatal, com exceção de um estado que licenciou jogo online entre 2012 e 2018. Desde 2021, o jogo online é licenciado.

Consequências relatadas

- **Participação estável**: estudo com 15.817 pessoas (Ludwig et al., 2012) mostrou que a participação geral não caiu após a proibição. O jogo de cartas online até cresceu.
- **Possível freio**: os autores levantam a hipótese de que a proibição tenha contido um crescimento maior, já que o jogo online crescia no mundo nesse período.
- **Mercado ilegal após 2021**: estudo encomendado pelo regulador alemão (2026) mediu fatia ilegal de 23% no jogo online. Estudo do Handelsblatt Research Institute, encomendado por empresa de mídia, estima mais de 50% no online e 70% a 80% em cassinos e caça-níqueis online.

Suíça (até 2019)

O que foi feito: o jogo online era proibido de forma geral até 2019, quando passou a ser licenciado, com bloqueio de sites estrangeiros.

Consequências relatadas: num centro de referência de Lausanne, a parcela de pacientes com problemas ligados ao jogo online subiu de 13,2% (2001–2006) para 30,2% (2013–2018), em 657 encaminhamentos por jogo problemático (Jeannot et al., 2023). Xiao et al. (2026) leem esses dados como sinal de que, mesmo com a proibição, cada vez mais pessoas apostavam em sites ilegais e sofriam danos.

Noruega

O que foi feito: só uma empresa estatal e uma fundação (exclusiva em corridas de cavalos) podem oferecer jogo. Desde 2010, é proibido intermediar pagamentos a operadores sem licença, e desde 2025 sites sem licença são bloqueados (57 na primeira ordem, em março de 2025).

Consequências relatadas (órgãos institucionais noruegueses)

- **Canalização**: em 2023, cerca de 12% da receita líquida (NOK 1,4–1,9 bi; ≈ $ 0,15 bi a 0,20 bi PPP; 0,03% a 0,04% do PIB) foi a operadores sem licença; cerca de 88% ficou no mercado regulado. Nos jogos com concorrência estrangeira, a fatia sem licença foi de 32%.
- **Problemas concentrados no ilegal**: cassino online respondeu por 55% das primeiras ligações à linha de ajuda. Em 62% dessas ligações, o jogador só usava operadores sem licença.

Brasília
Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
1º andar, Sala 104, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Austrália

O que foi feito: desde 2001, são proibidos cassinos e caça-níqueis online e a aposta ao vivo online; apostas esportivas por operadores licenciados são permitidas. Desde novembro de 2019, órgãos institucionais bloquearam 1.011 sites ilegais e afiliados (até julho de 2024). Desde 2018, anúncios de apostas são vedados em transmissões esportivas ao vivo entre 5h e 20h30.

Consequências positivas ou de contenção relatadas

- **Saída de operadores**: mais de 220 serviços ilegais deixaram o mercado australiano desde 2017, quando a fiscalização contra operadores offshore foi reforçada.

Consequências negativas relatadas (estudos citados em Xiao et al., 2026)

- **Uso de sites offshore**: 25,8% de 3.199 apostadores online usaram sites estrangeiros. Em outra amostra, 52,7% de 1.001 apostadores fizeram isso no mês anterior.
- **Perfil**: os usuários de sites offshore são mais jovens, mais homens e têm mais problemas com jogo.
- **Aposta ao vivo**: 17,2% de 501 apostadores fizeram aposta ao vivo online, apesar da proibição.
- **Publicidade**: 83,7% dos jovens de 11 a 16 anos entrevistados seguiam assistindo esporte depois das 20h30, e 79,3% achavam que havia anúncios demais (Thomas et al., 2018). Xiao et al. (2026) concluem que a restrição de horário não atingiu seu objetivo. Em abril de 2026, o governo anunciou restrições mais amplas a partir de 2027 (proibição em estádios e uniformes, teto de 3 anúncios por hora na TV aberta, veto a celebridades), ainda dependentes de aprovação.

2.4 Proibição da publicidade com mercado legal

Nesse modelo, o mercado de apostas segue legal, mas a divulgação é proibida ou fortemente restrita. O objetivo declarado é reduzir a entrada de novos apostadores, sobretudo jovens, sem empurrar os atuais para o mercado ilegal.

Itália

O que foi feito: desde julho de 2018 (com transição até julho de 2019 para contratos vigentes), é proibida toda publicidade e patrocínio de jogos com prêmio em dinheiro.

Consequências relatadas

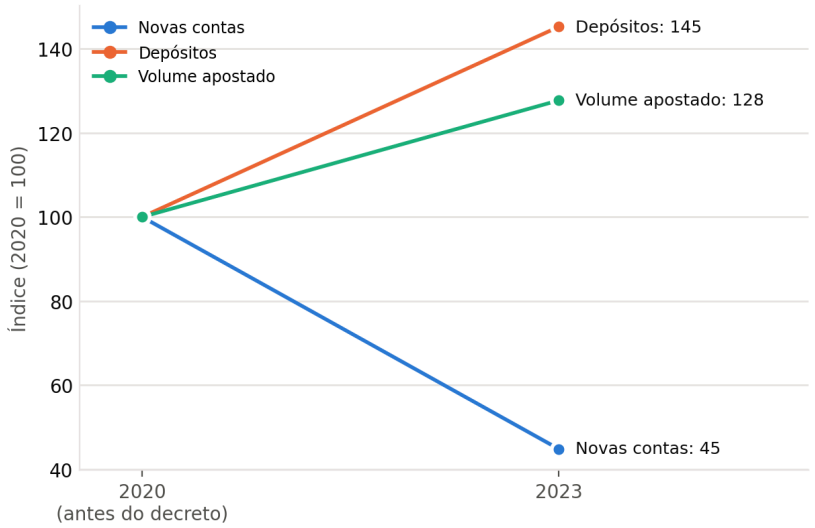
- **Patrocínio**: segundo a Lega Serie A e a associação de operadores LOGiCO, clubes da Série A perderam entre € 80 milhões e € 100 milhões por ano em patrocínio (≈ $ 145 mi a 181 mi PPP; cerca de 0,005% do PIB). Operadores passaram a usar marcas paralelas de "notícias" e "esporte". Em 2025, o governo confirmou que estuda rever a proibição de patrocínio.
- **Mercado ilegal**: estudo do observatório Data Room Nexus, divulgado pela Yogonet (2026), estima o mercado ilegal online em cerca de € 20 bilhões (≈ $ 32,8 bi PPP; 0,89% do PIB), com mais de 4,5 milhões de italianos acessando sites ilegais no 1º trimestre de 2026, mais de 90% pelo celular e redes sociais. Os autores falam em "paradoxo regulatório": as restrições podem ter favorecido operadores ilegais, que se adaptam mais rápido.
- **Lacuna**: não foi localizada avaliação acadêmica que isole o efeito da proibição.

Espanha

O que foi feito: desde 2020, anúncios em rádio e TV ficam limitados à madrugada (1h às 5h), e foram proibidos o uso de celebridades, bônus para novos clientes e patrocínio de camisas. O mesmo decreto trouxe medidas de jogo responsável, como autoexclusão e limites de depósito. Em abril de 2024, o Tribunal Supremo anulou as restrições a bônus, ao uso de pessoas famosas e à publicidade na internet, em plataformas de vídeo e em redes sociais, por falta de amparo em lei.

Consequências relatadas (Aonso-Diego et al., 2025, com dados do regulador)

- **Entrada**: novas contas caíram de 3,01 milhões (2020) para 1,35 milhão (2023). O modelo do estudo atribui ao decreto uma queda permanente de cerca de 263 mil novas contas e de € 216 milhões no total apostado. Como o decreto combinou restrições de publicidade e medidas de jogo responsável, o efeito não pode ser atribuído só à publicidade.
- **Gasto**: o decreto não teve efeito significativo sobre os depósitos, as contas ativas e o gasto com afiliados. No mercado como um todo, depósitos e volume apostado continuaram crescendo (de € 2,19 bi para € 3,18 bi e de € 20,75 bi para € 26,5 bi; ≈ $ 4,6 bi → 5,9 bi e $ 43,9 bi → 49,1 bi PPP), como mostra a Figura 1.



Fonte: Aonso-Diego et al. (2025), dados do regulador. Variação bruta, não efeito causal.
Valores: novas contas (milhões), depósitos e volume (€ bi).

Figura 1 — Espanha: novas contas, depósitos e volume apostado antes e depois das restrições de 2020 (índice 2020 = 100; variação bruta, não efeito causal)

Bélgica

O que foi feito: desde julho de 2023, a maior parte da publicidade de jogo é proibida. O patrocínio esportivo sai aos poucos: camisas até 2024, demais posições até 2027 e, a partir de 2028, só esporte amador.

Consequências relatadas

- **Visibilidade e fiscalização** (Constandt & De Jans, 2024): a publicidade ficou bem menos visível em espaços públicos, mas o patrocínio esportivo segue presente e as verbas migraram para canais

próprios. Só 21% das multas aplicadas em 2023 foram pagas, e o regulador tem poucos funcionários.

- **Mercado ilegal**: estimativa da empresa privada Yield Sec (apud Instituto Esfera, 2026) indica que a fatia legal caiu de 85% (2020) para 19% (2024). **Ressalva**: o período incluiu outras medidas (limite de depósito menor e idade mínima de 21 anos), e a metodologia não é pública.

2.5 Mercados comparáveis: publicidade de tabaco, álcool e alimentos

Tabaco, álcool e alimentos têm décadas de estudos sobre proibição de publicidade. A diferença é que são produtos físicos, vendidos localmente, enquanto as apostas são digitais e podem ser oferecidas do exterior.

Tabaco

- **Amplas funcionam melhor que parciais**: Saffer & Chaloupka (2000), com 22 países da OCDE, estimam que proibições amplas reduziriam o consumo em cerca de 5% a 7%, conforme o indicador. Proibições parciais têm efeito pequeno, porque as empresas trocam de mídia.
- **Países em desenvolvimento**: Blecher (2008), com 30 países, encontra efeito também de proibições parciais, e efeito bem maior das amplas.
- **Brasil**: a prevalência de fumantes caiu cerca de 50% entre 1989 e 2010. O modelo SimSmoke (Levy et al., 2012) estima que as políticas de controle explicam redução de 46% frente a um cenário sem elas; dessa parcela, quase metade (≈48%) se deve a preços e impostos e 14% às restrições de marketing (Figura 2).

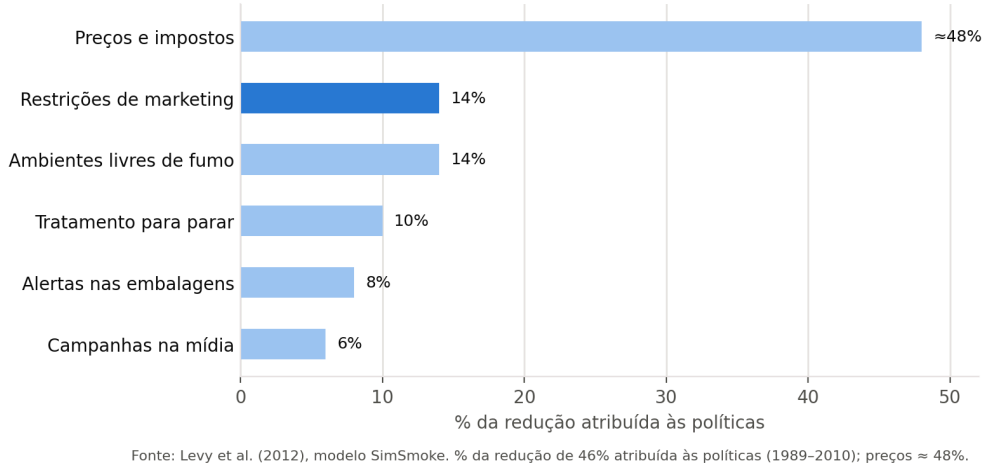
Álcool

- **Revisões com resultados mistos**: a revisão Cochrane (Siegfried et al., 2014), com 4 estudos, concluiu que não é possível recomendar a favor nem contra a proibição, com evidência de certeza muito baixa. A revisão de Manthey et al. (2024), com 11 estudos, encontrou seis sem efeito, três com redução e dois, de melhor qualidade, com aumento do consumo.
- **Lituânia**: desde 2018, a publicidade de álcool é totalmente proibida. Correia et al. (2026), comparando com cinco países europeus, associaram a medida a queda de 35% na frequência de embriaguez e de 18% nos episódios de consumo excessivo no último mês entre adolescentes de 15 e 16 anos.

Alimentos para crianças

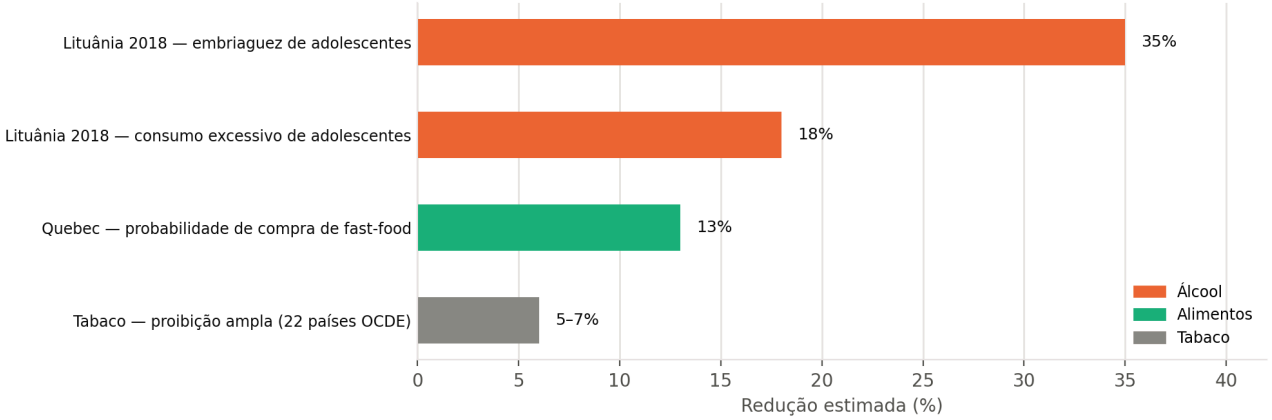
- **Quebec**: desde 1980, é proibida a publicidade dirigida a menores de 13 anos. Dhar & Baylis (2011) estimam queda de 13% na probabilidade semanal de compra de fast-food entre famílias francófonas (redução de cerca de US$ 88 milhões por ano), com dados de 1984 a 1992. Os autores observam que a medida funciona melhor em mercados de mídia isolados.

A Figura 3 reúne as magnitudes estimadas nesses mercados. As apostas ficam de fora porque o dado disponível para a Espanha mistura publicidade e jogo responsável e não é comparável.



Fonte: Levy et al. (2012), modelo SimSmoke. % da redução de 46% atribuída às políticas (1989–2010); preços ≈ 48%.

Figura 2 — Brasil: contribuição de cada política para a redução do tabagismo atribuída às políticas de controle (1989–2010)



Fontes: Correia et al. (2026); Dhar & Baylis (2011); Saffer & Chaloupka (2000).
Nota: desfechos diferentes entre si; Siegfried et al. (2014) e Manthey et al. (2024) não encontram efeito consistente para álcool.

Figura 3 — Efeitos estimados de proibições de publicidade em álcool, alimentos e tabaco (desfechos diferentes entre si)

3. O Caso Brasileiro em Perspectiva Histórica

3.1 A proibição de 1946

- **Medida**: em 1946, o governo federal restabeleceu em todo o país a proibição dos jogos de azar e anulou as licenças de cassinos, invocando a "tradição moral, jurídica e religiosa do povo brasileiro".

Consequências relatadas

- **Empregos e turismo**: antes da proibição, havia cerca de 70 cassinos, com 40 mil (Catarino et al., 2020) a 60 mil (Instituto Esfera, 2026) empregos diretos e indiretos. Cidades como Petrópolis, Poços de Caldas, Lambari e Caxambu perderam sua principal fonte de turismo.
- **Tamanho do jogo ilegal**: em 2013, participantes de um congresso do setor estimaram que o jogo ilegal movimentava quase o dobro dos R$ 11,1 bilhões do jogo oficial de 2012 (≈ $ 10,0 bi PPP; 0,23% do PIB). **Ressalva**: estimativa de evento setorial (Catarino et al., 2020).
- **Seletividade da repressão**: estudos históricos apontam que a repressão recaiu mais sobre o jogo popular do que sobre o jogo da elite (Instituto Esfera, 2026).

3.2 A persistência das contravenções: jogo do bicho, bingos e caça-níqueis

A proibição geral de 1946 convive, desde então, com mercados de jogo que nunca deixaram de funcionar. Bingos, cassinos, máquinas caça-níqueis e o jogo do bicho seguem proibidos como contravenção penal, enquanto as loterias públicas e, entre 2025 e 2026, as apostas de quota fixa foram autorizadas (Instituto Esfera, 2026).

- **Enquadramento**: explorar jogo de azar é contravenção penal, infração de menor gravidade punida com prisão simples de três meses a um ano e multa. O jogo do bicho tem tipificação própria, com penas maiores para banqueiros e cambistas. Os tribunais superiores rejeitam o argumento de que a tolerância social ou policial afasta a infração (Instituto Esfera, 2026).
- **Jogo do bicho**: criado no fim do século XIX, atravessou o século XX na clandestinidade e se tornou parte da cultura urbana, ligado ao carnaval, ao futebol e à música popular (Instituto Esfera, 2026). Nos anos 1990, empregaria cerca de 50 mil pessoas só na cidade do Rio de Janeiro. Estudo da Fundação Getulio Vargas estimou sua arrecadação entre R$ 1,3 bilhão e R$ 2,8 bilhões no país em 2014 (≈ $ 1,0 bi a 2,2 bi PPP; 0,02% a 0,05% do PIB) (BBC News Brasil, 2025).
- **Repressão como custo operacional**: a literatura descreve um mercado estável, em que a pena branda, a baixa repressão efetiva e a proteção policial negociada eram incorporadas como custo previsível do negócio. Os banqueiros do bicho também mantinham empresas legais, como hotéis e escolas de samba, o que aproximava os circuitos lícito e ilícito (Instituto Esfera, 2026).
- **Bingos e caça-níqueis**: os bingos foram autorizados na década de 1990, como fonte de financiamento do esporte, e voltaram à proibição em 2004. Desde então, bingos e máquinas caça-níqueis não têm regime de autorização e são tratados como jogo de azar (Instituto Esfera, 2026).

Brasília
Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
1º andar, Sala 104, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

- **Debate legislativo**: projeto que autoriza cassinos e bingos, legaliza o jogo do bicho e permite apostas em corridas de cavalos foi aprovado pela Câmara em 2022 e pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado em 2024. Em dezembro de 2025, o Senado rejeitou o pedido de urgência, por 36 votos a 28, e o texto segue sem data para votação em plenário (Brasil, 2025).

- **Debate judicial**: em agosto de 2026, o STF começou a julgar se a contravenção de jogo de azar é compatível com a Constituição de 1988. O relator votou pela manutenção da proibição, e o julgamento foi suspenso por pedido de vista (Consultor Jurídico, 2026).

- **Ressalva**: não há série oficial sobre o tamanho desses mercados. As estimativas disponíveis são antigas, cobrem só parte do território ou vêm de entidades favoráveis à legalização, e analistas consideram a da FGV subestimada.

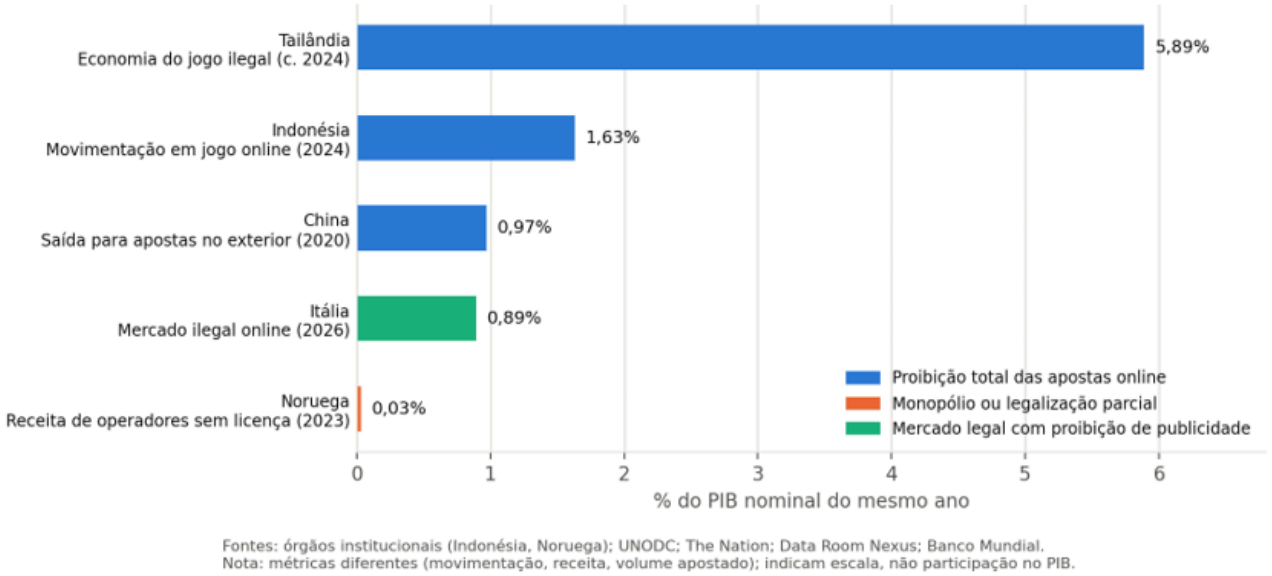
3.3 Da legalização sem regras (2018) à proibição (2026)

- **Legalização sem regulamentação**: em 2018, as apostas de quota fixa foram legalizadas, mas o prazo para regulamentação venceu sem regramento. Até 2024, operadores estrangeiros atendiam brasileiros sem licença nem tributação local; Catarino et al. (2020) apontam que os recursos iam para o exterior sem retorno tributário.
- **Regulação**: o setor foi regulado em 2023, com mercado autorizado a partir de janeiro de 2025. A publicidade era permitida com restrições, e projetos em tramitação no Senado propunham limitá-la ou proibi-la.
- **Mercado sob regulação**: os números do mercado regulado, do mercado ilegal (41% a 51% em 2025) e das transferências das famílias estão no Contexto Brasileiro. Além deles, 78% dos apostadores relatam dificuldade em distinguir sites legais de ilegais (Instituto Esfera, 2026). Carvalho et al. (2026) observam que o número de destinos de pagamento fora do regime (entre 260 e 400 por mês) não caiu com a regulação: o mercado autorizado se somou ao ilegal, sem substituí-lo. O cassino online predomina entre os operadores ilegais, e os apostadores de cassino enviam cerca de 65% de seus depósitos a operadores sem autorização.
- **Efeitos sobre o crédito**: estudo com dados de pagamentos e de crédito de clientes de uma instituição financeira (Carvalho et al., 2026) indica que começar a apostar elevou a inadimplência em cerca de 14% e a do cartão de crédito em cerca de 35%, já descontada a piora financeira anterior à primeira aposta; o limite de crédito caiu 16%, e a variação mensal do saldo em conta caiu 43%. Os efeitos se concentram em grupos específicos: a inadimplência sobe 2,6 vezes mais entre apostadores de 18 a 24 anos do que entre os de 45 anos ou mais, e o corte de limite é 2,6 vezes maior para quem tinha menos crédito antes de apostar. A relação também é inversa: entrar em inadimplência eleva em 2,6 p.p. a chance de começar a apostar, de modo que parte da piora antecede a aposta. O corte de limite foi maior entre apostadores de cassino (22%) que entre os de apostas esportivas (9%), resultado que os autores tratam como indicativo.
- **Proibição**: a MP 1.394/2026 proibiu o mercado e a publicidade. Ainda não há dados sobre seus efeitos.

4. Síntese Transversal dos achados

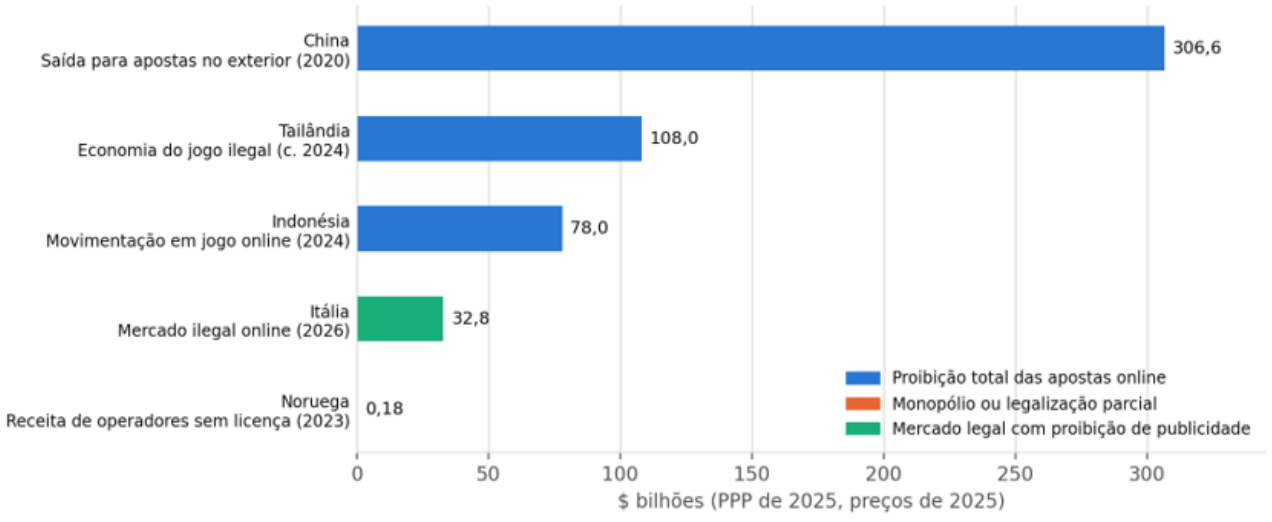
4.1 Escala do mercado ilegal

As Figuras 4 e 5 comparam as estimativas de mercado ilegal ou clandestino em proporção do PIB e em dólares internacionais.



Fontes: órgãos institucionais (Indonésia, Noruega); UNODC; The Nation; Data Room Nexus; Banco Mundial.
Nota: métricas diferentes (movimentação, receita, volume apostado); indicam escala, não participação no PIB.

Figura 4 — Mercado ilegal ou clandestino estimado em relação ao PIB, por país e tipo de medida



Fontes: as mesmas do gráfico 1; Banco Mundial (deflator do PIB e PPP).
Nota: valores atualizados para preços de 2025 (deflator do PIB) e convertidos pela PPP de 2025. Noruega: ponto médio da faixa.

Figura 5 — Mercado ilegal ou clandestino estimado em dólares internacionais ($ PPP de 2025)

Leitura: em proporção do PIB, os países com proibição total das apostas online (Tailândia, Indonésia e China) têm os maiores mercados clandestinos estimados. Na Noruega, com monopólio e bloqueios, a

fatia sem licença é pequena. **Ressalva**: as métricas diferem entre países e indicam escala, não participação do setor no PIB.

4.2 Efeitos de contenção associados às proibições

Efeito	Evidência	Países
Redução do mercado doméstico formal	Queda de US$ 2,3 bi para US$ 1,3 bi (≈ $ 9,7 bi → 5,6 bi PPP)	Índia
Redução da movimentação detectada	−20% nominal em 2025	Indonésia
Repressão em escala	73 mil casos e 4.500 sites derrubados em 2024	China
Queda de crimes violentos associados ao setor	Relato parlamentar	Filipinas
Saída de operadores e trabalhadores	220 serviços ilegais (Austrália, desde 2017); dezenas de milhares de trabalhadores estrangeiros (Camboja)	Austrália, Camboja
Possível freio ao crescimento	Participação estável num período de expansão global	Alemanha
Canalização alta com monopólio	~88% do gasto no mercado regulado	Noruega
Menor entrada de novos apostadores	Queda permanente de ~263 mil novas contas atribuída ao decreto de 2020 (publicidade e jogo responsável)	Espanha

Tabela 2 — Efeitos de contenção documentados

4.3 Efeitos adversos associados às proibições

Efeito	Evidência	Países
Migração para sites estrangeiros ou sem licença	1/3 dos usuários (Índia); 25,8% a 52,7% (Austrália); ~12% do gasto (Noruega); mais pacientes com jogo online (Suíça)	Índia, Austrália, Noruega, Suíça
Saída de capitais	~1 trilhão de yuans em 2020 (≈ $ 307 bi PPP; 0,97% do PIB)	China
Mercado clandestino amplo	1,1 trilhão de baht/ano (≈ $ 108 bi PPP; 5,9% do PIB); 34,5 milhões de apostadores	Tailândia
Alta participação mesmo sob proibição	12,3 milhões de depositantes em jogo online (Indonésia); participação estável (Alemanha)	Indonésia, Alemanha
Perda de arrecadação	~₱ 3 bi (≈ $ 0,16 bi PPP) a menos para o regulador em 2025	Filipinas, Indonésia
Contorno da publicidade	Sites ".net" (EUA); marcas paralelas (Itália); patrocínio residual (Bélgica)	EUA, Itália, Bélgica, Austrália

Brasília
Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
1º andar, Sala 104, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Efeito	Evidência	Países
Ausência de proteção ao apostador	Sem limite, autoexclusão ou canal de queixa	Todos
Ligação com crime organizado	Lavagem, golpes, tráfico de pessoas (ONU)	China e Sudeste Asiático
Custo da fiscalização	Milhões de conteúdos e milhares de sites bloqueados, com migração para VPN	China, Indonésia, Índia

Tabela 3 — Efeitos adversos documentados

4.4 Proibição da publicidade: pontos em comum com mercados comparáveis

Achado	Apostas	Tabaco	Álcool	Alimentos
Proibição reduz entrada ou consumo	Entrada: sim (Espanha)	Consumo: sim, sobretudo com proibição ampla	Evidência mista; positiva em jovens (Lituânia)	Consumo: sim (Quebec)
Proibição é contornada	Sim (Austrália, EUA, Itália, Bélgica)	Sim (troca de mídia)	—	—
Gasto total segue crescendo	Sim (Espanha); efeito sobre depósitos não significativo	—	Aumento do consumo em dois estudos	—
Publicidade digital e do exterior enfraquece a regra	Sim (Itália)	—	—	Sim (efeito maior em mercados de mídia isolados)
Efeito sobre o mercado ilegal	Possível aumento (Itália, Bélgica); causalidade não comprovada	Não se aplica diretamente	Não se aplica diretamente	Não se aplica
Perda de receita para terceiros	Sim (clubes de futebol)	—	—	—

Tabela 4 — Proibição de publicidade: apostas e mercados comparáveis

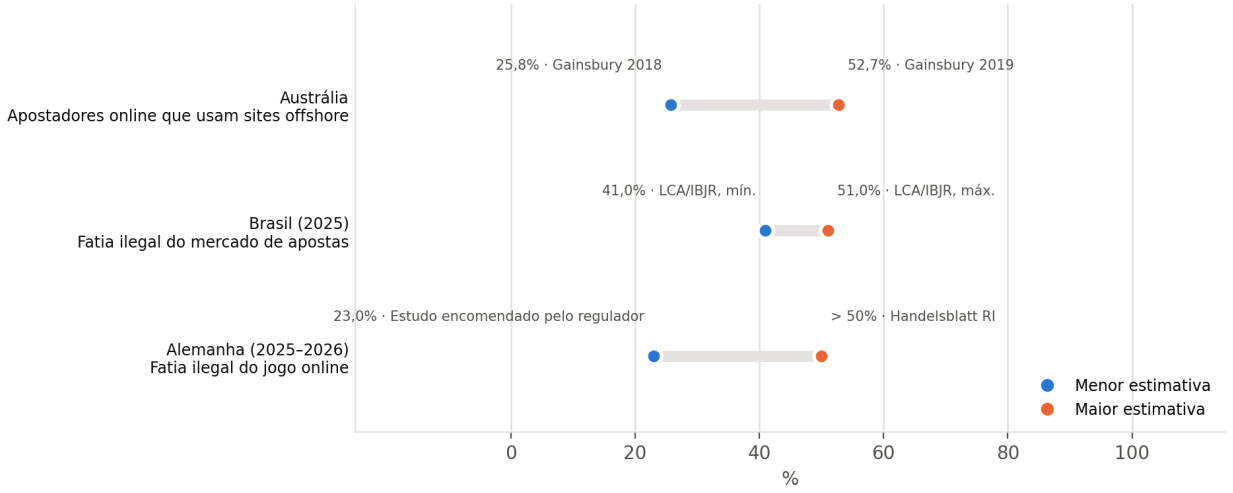
Leitura: nas apostas, o decreto espanhol, que combinou restrições de publicidade e medidas de jogo responsável, reduziu a entrada de novos apostadores e o total apostado em pequena medida, enquanto o mercado continuou crescendo. No tabaco, proibições amplas têm efeito mais consistente; no álcool, a evidência é mista mesmo para as amplas. A publicidade migrou para redes sociais, influenciadores e marcas paralelas, e os mercados comparáveis mais estudados são anteriores à internet. As estimativas de alta do mercado ilegal após proibições de publicidade (Itália, Bélgica) vêm de estudos privados e coincidem com outras medidas. Na Bélgica, a baixa cobrança de multas limitou o alcance da proibição.

4.5 Evidência de contraste: efeitos da liberalização

- **Participação e danos**: Xiao et al. (2026) concluem que a legalização aumenta participação e danos, e tem impacto na redução do jogo ilegal.
- **Produtos de maior risco**: Tran et al. (2024) estimam que 15,8% dos usuários de cassino e caça-níqueis online têm jogo problemático. Nas apostas esportivas, a taxa é de 8,9%. Na população adulta em geral, é de 1,41%.
- **Tratamento de jovens**: na Espanha, após a legalização de 2011, cresceu a busca por tratamento entre jovens de 18 a 30 anos, quase todos apostadores esportivos pelo celular (Xiao et al., 2026).
- **Finanças das famílias**: nos EUA, a legalização foi associada a mais dívidas, falências e perda de crédito (Baker et al., 2024; Hollenbeck et al., 2024). No Brasil, começar a apostar foi associado a mais inadimplência, corte de limite de crédito e redução do saldo em conta, com efeito maior entre jovens e entre quem tinha menos crédito (Carvalho et al., 2026).

4.6 Limites da evidência

- A maior parte dos estudos empíricos vem de países ocidentais que liberalizaram o jogo.
- Países com proibição total das apostas online raramente publicam avaliações de impacto e das externalidades causadas a partir de então .
- Muitas estimativas de mercado ilegal vêm de estudos privados ou pagos pela indústria, e as estimativas para um mesmo país variam bastante (Figura 6).
- Dados oficiais de países com baixa transparência não são verificáveis.



Fontes: órgãos institucionais (Alemanha); Handelsblatt Research Institute; Instituto Esfera; Xiao et al. (2026).
Nota: métricas diferem por país (gasto, receita ou usuários).

Figura 6 — Faixas de estimativas sobre a fatia ilegal ou offshore (Alemanha, Brasil e Austrália)

5. Considerações finais

Os casos analisados mostram um padrão comum: a proibição total das apostas online reduz a oferta legal e visível, mas não elimina a demanda, causando consequências indesejadas também. Parte dessa demanda migra para operadores estrangeiros ou clandestinos. A intensidade da migração varia com três fatores observados: a capacidade de fiscalização do Estado, a existência de alguma oferta legal alternativa e o controle sobre meios de pagamento.

A proibição da publicidade, sem proibir o mercado, tende a reduzir a entrada de novos apostadores, mas tem efeito menor sobre quem já aposta.

Com a MP 1.394/2026, o Brasil passa a integrar o grupo de países com proibição total das apostas online. Seus efeitos ainda não podem ser medidos. Este documento não avaliou questões controversas da MP, tais como a ausência de período de transição ou o dispositivo de não indenização proporcional das outorgas, tampouco qual modelo é preferível. A revisão sistemática mais recente sobre o tema chega à mesma posição: com a evidência disponível, prejudicada pela ausência de transparência e estudos de impacto em países com proibição total, não é possível apontar um modelo claramente superior.

Brasília
Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
1º andar, Sala 104, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Referências Bibliográficas

ANTARA. Komdigi tutup 7,39 juta konten judi online hingga 11 November 2025. Jacarta, 13 nov. 2025. Disponível em: https://www.antaranews.com/berita/5239549/komdigi-tutup-739-juta-konten-judi-online-hingga-11-november-2025. Acesso em: set. 2026.

AONSO-DIEGO, Gema; GARCÍA-PÉREZ, Ángel; KROTTER, Andrea. Impact of Spanish gambling regulations on online gambling behavior and marketing strategies. **Harm Reduction Journal**, v. 22, art. 107, 2025. DOI: 10.1186/s12954-025-01219-7.

AUSTRALIAN COMMUNICATIONS AND MEDIA AUTHORITY (ACMA). **More websites blocked to protect Australians against illegal online gambling**. Melbourne: ACMA, jul. 2024. Disponível em: https://www.acma.gov.au/articles/2024-07/more-websites-blocked-protect-australians-against-illegal-online-gambling. Acesso em: set. 2026.

AUSTRÁLIA. Department of Infrastructure, Transport, Regional Development, Communications, Sport and the Arts. **Gambling Reforms 2026**. Canberra, 2 abr. 2026. Disponível em: https://www.infrastructure.gov.au/media-communications/media-gambling-laws-regulation/gambling/gambling-reforms-2026. Acesso em: set. 2026.

BAKER, Scott R.; BALTHROP, Justin; JOHNSON, Mark J.; KOTTER, Jason D.; PISCIOTTA, Kevin. **Gambling Away Stability**: Sports Betting's Impact on Vulnerable Households. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, nov. 2024. (NBER Working Paper, 33108). Aceito para publicação no Journal of Financial Economics, 2026. Disponível em: https://www.nber.org/papers/w33108. Acesso em: set. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Análise técnica sobre o mercado de apostas online no Brasil e o perfil dos apostadores**. Brasília: BCB, set. 2024. (Estudo Especial, n. 119/2024). Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE119_Analise_tecnica_sobre_o_mercado_de_apostas_online_no_Brasil_e_o_perfil_dos_apostadores.pdf. Acesso em: set. 2026.

BANCO MUNDIAL. **GDP (current LCU)** — NY.GDP.MKTP.CN; **GDP deflator** — NY.GDP.DEFL.ZS; **Official exchange rate** — PA.NUS.FCRF; **PPP conversion factor, GDP** — PA.NUS.PPP. World Development Indicators. Washington, DC: Banco Mundial, 2026. Disponível em: https://data.worldbank.org. Acesso em: set. 2026.

BBC NEWS BRASIL. **Como o jogo do bicho se tornou a maior loteria ilegal do mundo — e tema de séries de sucesso**. Publicado originalmente em 2017; atualizado em 18 nov. 2025. Republicado por A Gazeta. https://www.agazeta.com.br/mundo/como-o-jogo-do-bicho-se-tornou-a-maior-loteria-ilegal-do-mundo--e-tema-de-series-de-sucesso-1125. Acesso em: out. 2026.

BLECHER, Evan. The impact of tobacco advertising bans on consumption in developing countries. **Journal of Health Economics**, v. 27, n. 4, p. 930-942, 2008. DOI: 10.1016/j.jhealeco.2008.02.010.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.394, de 25 de setembro de 2026. Proíbe a exploração, a oferta, a intermediação e a publicidade de loterias de apostas de quota fixa no território nacional, institui o Comitê Interinstitucional de Fiscalização da Exploração e da Publicidade Ilegal de Apostas de Quota Fixa, e altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023. **Diário Oficial da União**: edição extra, Brasília, 25 set. 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/mpv/mpv1394.htm. Acesso em: set. 2026.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Prêmios e Apostas. **Em um ano de mercado regulado, SPA registra mais de 25 mil sites ilegais bloqueados**. Brasília, jan. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2026/janeiro/em-um-ano-de-mercado-regulado-spa-registra-mais-de-25-mil-sites-ilegais-bloqueados. Acesso em: set. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2.985, de 2023** e **Projeto de Lei nº 3.563, de 2024**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/158047. Acesso em: set. 2026.

BRASIL. Senado Federal. Agência Senado. **Rejeitada urgência para votação de projeto que libera cassinos no Brasil**. Brasília, 17 dez. 2025. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/12/17/rejeitada-urgencia-para-votacao-de-projeto-que-libera-cassinos-no-brasil. Acesso em: out. 2026.

Brasília
Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
1º andar, Sala 104, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

CARVALHO, Rômullo; FIRPO, Sérgio; FREITAS, Guilherme; SCATIMBURGO, Pedro. **Online Betting and Financial Distress**: Evidence from Brazil. São Paulo: StoneCo Economic Research; Insper, ago. 2026. Working paper.

CATARINO, João Ricardo; CORDEIRO, José Duarte; SOARES, Ricardo de Moraes e. Impacts of the online Gambling Prohibition Policy – A Comparative Survey of Brazil versus the European Union. **Seqüência**, Florianópolis, n. 85, p. 51-85, ago. 2020. DOI: 10.5007/2177-7055.2020v41n85p51. Disponível em: https://doi.org/10.5007/2177-7055.2020v41n85p51. Acesso em: set. 2026.

CONSTANDT, Bram; DE JANS, Steffi. Insights into the Belgian gambling advertising ban: the need for a comprehensive public policy approach. **Health Promotion International**, v. 39, n. 4, daae116, 2024. DOI: 10.1093/heapro/daae116.

CONSULTOR JURÍDICO. **STF inicia julgamento sobre a criminalização dos jogos de azar**. São Paulo, 5 ago. 2026. Disponível em: https://conjur.com.br/2026-ago-05/stf-comeca-a-decidir-se-criminalizacao-dos-jogos-de-azar-e-constitucional/. Acesso em: out. 2026.

CORREIA, Daniela; MANTHEY, Jakob; MÅNSSON, Anastasia; ALLEBECK, Peter; KRAUS, Ludwig; REHM, Jürgen. Full alcohol marketing ban and adolescent drinking patterns: a repeated cross-sectional analysis comparing Lithuania with other EU countries. **BMJ Public Health**, v. 4, n. 2, e004245, 2026. DOI: 10.1136/bmjph-2025-004245.

DHAR, Tirtha; BAYLIS, Kathy. Fast-food consumption and the ban on advertising targeting children: the Quebec experience. **Journal of Marketing Research**, v. 48, n. 5, p. 799-813, 2011. DOI: 10.1509/jmkr.48.5.799.

ESPAÑA. Tribunal Supremo. Sala de lo Contencioso-Administrativo. **Sentencia n. 527/2024**. ECLI:ES:TS:2024:1922. Madrid, abr. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Department of Justice. **Chairman of Prince Group Indicted for Operating Cambodian Forced Labor Scam Compounds Engaged in Cryptocurrency Fraud Schemes**. Washington, DC, 14 out. 2025. Disponível em: https://www.justice.gov/opa/pr/chairman-prince-group-indicted-operating-cambodian-forced-labor-scam-compounds-engaged. Acesso em: set. 2026.

FATF – FINANCIAL ACTION TASK FORCE. **Jurisdictions under Increased Monitoring – 21 February 2025**. Paris: FATF, 21 fev. 2025. Disponível em: https://www.fatf-gafi.org/en/publications/High-risk-and-other-monitored-jurisdictions/increased-monitoring-february-2025.html. Acesso em: set. 2026.

GGL – GEMEINSAME GLÜCKSSPIELBEHÖRDE DER LÄNDER. **„Schwarzmarkt"-Studie bestätigt**: Regulierte Online-Angebote machen den Großteil des Marktes aus. Halle (Saale), 16 mar. 2026. Disponível em: https://www.gluecksspiel-behoerde.de/de/news/schwarzmarkt-studie-bestaetigt-regulierte-online-angebote-machen-den-grosstei l-des-marktes-aus. Acesso em: set. 2026.

HANDELSBLATT RESEARCH INSTITUTE. **Online Gambling in Germany**: Channeling and Development of the Black Market. Düsseldorf: HRI, 2025. Estudo encomendado pela Sport1 Medien AG. Disponível em: https://research.handelsblatt.com/wp-content/uploads/2025/11/Online-Gambling_Blackmarket_2025.pdf. Acesso em: set. 2026.

HOLLENBECK, Brett; LARSEN, Poet; PROSERPIO, Davide. **The Financial Consequences of Legalized Sports Gambling**. SSRN, 23 jul. 2024. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4903302. Acesso em: set. 2026.

IGAMING EXPRESS. Decreto Dignità and the Millions Lost: How the Betting Advertising Ban Weakened Serie A? 14 abr. 2025. Disponível em: https://igamingexpress.com/decreto-dignita-and-the-millions-lost-how-the-betting-advertising-ban-weakened-serie-a/. Acesso em: set. 2026.

ÍNDIA. Press Information Bureau; Ministry of Electronics and Information Technology. **A New Era of Online Gaming Governance**. Nova Délhi, 30 abr. 2026. Disponível em: https://www.pib.gov.in/PressNoteDetails.aspx?NoteId=158400&ModuleId=3&reg=3&lang=1. Acesso em: set. 2026.

INSTITUTO ESFERA DE ESTUDOS E INOVAÇÃO; MASSONETTO, Luís Fernando; FIASCHETTI, Bruno Braga; CARVALHO, Eduardo Moraes de. **Bets**: mercado ilegal e crime organizado. São Paulo: Instituto Esfera, 2026. (Esfera Pesquisa, 14).

JEANNOT, Emilien; DICKSON, Cheryl; ZUMWALD, Coralie; SIMON, Olivier. 18 years of changing trends: Swiss data on the clinical characteristics and game types associated with problem gambling. **Healthcare**, v. 11, n. 2, art. 166, 2023. DOI: 10.3390/healthcare11020166.

LEVY, David; ALMEIDA, Liz Maria de; SZKLO, Andre. The Brazil SimSmoke policy simulation model: the effect of strong tobacco control policies on smoking prevalence and smoking-attributable deaths in a middle income nation. **PLoS Medicine**, v. 9, n. 11, e1001336, 2012. DOI: 10.1371/journal.pmed.1001336.

LEWIANDY; GUNADI, Ariawan; PUTRA, Evan Tjoa. The Prohibition of Online Gambling in Indonesia: A Law and Economic Analysis. **Indonesia Law Review**, v. 14, n. 2, art. 3, 2024. DOI: 10.15742/ilrev.v14n2.1.

LOTTSTIFT – LOTTERI- OG STIFTELSESTILSYNET. **DNS blocking in Norway**. Førde: Lottstift, 2025. Disponível em: https://lottstift.no/en/dns-blocking-in-norway/. Acesso em: set. 2026.

LOTTSTIFT – LOTTERI- OG STIFTELSESTILSYNET. **Nøkkeltal – den norske pengespelmarknaden i 2023**. Førde: Lottstift, 28 mar. 2025. Disponível em: https://lottstift.no/for-spillere/pengespelstatistikk/nokkeltal-den-norske-pengespelmarknaden/. Acesso em: set. 2026.

LUDWIG, Monika; KRAUS, Ludwig; MÜLLER, Stefan; BRAUN, Barbara; BÜHRINGER, Gerhard. Has gambling changed after major amendments of gambling regulations in Germany? A propensity score analysis. **Journal of Behavioral Addictions**, v. 1, n. 4, p. 151-161, 2012. DOI: 10.1556/JBA.1.2012.4.2.

LUMIKAI. **State of India Interactive Media Report 2025**. Bangalore: Lumikai, mar. 2026. Disponível em: https://www.lumikai.com/post/india-s-interactive-media-economy-state-of-interactive-media-report-2025. Acesso em: set. 2026.

MANTHEY, Jakob; JACOBSEN, Britta; KLINGER, Sinja; SCHULTE, Bernd; REHM, Jürgen. Restricting alcohol marketing to reduce alcohol consumption: a systematic review of the empirical evidence for one of the 'best buys'. **Addiction**, v. 119, n. 5, p. 799-811, 2024. DOI: 10.1111/add.16411.

MEDIANAMA. India Blocks 8,376 Gambling URLs After Gaming Ban. Nova Délhi, abr. 2026. Disponível em: https://www.medianama.com/2026/04/223-india-blocks-8376-gambling-websites-meity-data/. Acesso em: set. 2026.

MILLER, Lori K.; CLAUSSEN, Cathryn L. Online Sports Gambling – Regulation or Prohibition? **Journal of Legal Aspects of Sport**, v. 11, n. 2, p. 99-134, 2001.

OHCHR – ESCRITÓRIO DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS. **Online Scam Operations and Trafficking into Forced Criminality in Southeast Asia**: Recommendations for a Human Rights Response. Bangkok: OHCHR, 28 ago. 2023. Disponível em: https://bangkok.ohchr.org/sites/default/files/documents/2025-01/online-scam-operations-2582023.pdf. Acesso em: set. 2026.

PHILIPPINE DAILY INQUIRER. One year after ban, Pogo's shadow still looms in the Philippines. Manila, 26 jul. 2025. Disponível em: https://newsinfo.inquirer.net/2087449/one-year-after-ban-pogos-shadow-still-looms-in-the-philippines. Acesso em: set. 2026.

PHILIPPINE DAILY INQUIRER. Pogo ban cuts Pagcor's revenues by P3B. Manila, 31 jan. 2026. Disponível em: https://business.inquirer.net/571658/pogo-ban-cuts-pagcors-revenues-by-p3b. Acesso em: set. 2026.

PPATK – PUSAT PELAPORAN DAN ANALISIS TRANSAKSI KEUANGAN. **Catatan Capaian Strategis PPATK Tahun 2025**. Jacarta, 28 jan. 2026. Disponível em: https://www.ppatk.go.id/siaran_pers/read/1594/catatan-capaian-strategis-ppatk-tahun-2025-menjaga-kedaulatan-dan-integritas-ekonomi-bangsa-jakarta-28-januari-2026-b001hm0531i2026-.html. Acesso em: set. 2026.

SAFFER, Henry; CHALOUPKA, Frank. The effect of tobacco advertising bans on tobacco consumption. **Journal of Health Economics**, v. 19, n. 6, p. 1117-1137, 2000. DOI: 10.1016/S0167-6296(00)00054-0.

SIEGFRIED, Nandi et al. Restricting or banning alcohol advertising to reduce alcohol consumption in adults and adolescents. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, n. 11, CD010704, 2014. DOI: 10.1002/14651858.CD010704.pub2.

THE NATION THAILAND. Thailand's Underground Gambling Economy Reaches 1.1 Trillion Baht, Report Reveals. Bangkok, 17 abr. 2025. Disponível em: https://www.nationthailand.com/business/economy/40048904. Acesso em: set. 2026.

THOMAS, Samantha L. et al. Young people's awareness of the timing and placement of gambling advertising on traditional and social media platforms: a study of 11–16-year-olds in Australia. **Harm Reduction Journal**, v. 15, art. 51, 2018. DOI: 10.1186/s12954-018-0254-6.

TRAN, Lucy T. et al. The prevalence of gambling and problematic gambling: a systematic review and meta-analysis. **The Lancet Public Health**, v. 9, n. 8, p. e594-e613, 2024. DOI: 10.1016/S2468-2667(24)00126-9.

UNODC – ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME. **Casinos, Money Laundering, Underground Banking, and Transnational Organized Crime in East and Southeast Asia**: A Hidden and Accelerating Threat. Bangkok: UNODC, jan. 2024. Disponível em: https://www.unodc.org/roseap/uploads/documents/Publications/2024/Casino_Underground_Banking_Report_2024.pdf. Acesso em: set. 2026.

XIAO, Leon Y. et al. Global Review of Assessments of Online Gambling Policies Affecting Youths: Bans, Legalisation, Advertising Restrictions, and 'Responsible Gambling'. **Current Addiction Reports**, v. 13, art. 48, 2026. DOI: 10.1007/s40429-026-00748-w.

XINHUA. Chinese police arrest over 11,000 suspects in 2024 investigation of major cross-border gambling cases. Pequim, 6 fev. 2025. Disponível em: https://english.news.cn/20250206/916acea664704102bca26b8b921f2c7b/c.html. Acesso em: set. 2026.

YOGONET. Italy's illegal gambling market grows despite advertising crackdown. 15 maio 2026. Disponível em: https://www.yogonet.com/international/news/2026/05/15/120637-italys-illegal-gambling-market-grows-despite-advertising-crackdown-. Acesso em: set. 2026.

ZHANG, Junqing. Thailand bets on a new approach to tackle online gambling. **East Asia Forum**, Canberra, 26 dez. 2024. Disponível em: https://eastasiaforum.org/2024/12/26/thailand-bets-on-a-new-approach-to-tackle-online-gambling/. Acesso em: set. 2026.

Elaboração técnica



Daniel Galvêas
Especialista em Políticas Públicas do Ranking dos Políticos

Revisado por:



Luan Sperandio Teixeira
Diretor de Operações do Ranking dos Políticos